

HORTUS COMERCIO DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 09.000.493/0002-15

Mensagem da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Hortus Comércio de Alimentos S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.025	5.714	23.791	39.263	
Títulos e valores mobiliários	5	6.397	5.176	6.397	5.863	
Contas a receber	6	10.672	1.374	16.353	14.953	
Estoques	7	53.813	6.917	104.755	112.833	
Tributos a recuperar	8	2.384	2.500	9.996	10.050	
Outros ativos circulantes	10	5.462	31.821	8.349	12.917	
		90.753	53.502	169.641	135.878	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Títulos e valores mobiliários	5	50.007	47.661	50.007	47.661	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	-	-	
Partes relacionadas	9	53.059	252.331	-	-	
Depósitos judiciais	22	1.417	716	3.747	3.219	
Tributos a recuperar	8	2.137	926	12.236	13.569	
Outros ativos não circulantes	10	17.146	12.263	17.146	12.263	
		111	243,79	123,10	123,10	
Investimentos	11	24.379	38.335	-	-	
Imobilizado	12	95.161	9.377	163.195	167.690	
Intangível	13	21.120	15.611	21.365	19.278	
Direito de uso de ativos	14	177.234	20.111	287.962	262.402	
		922.750	395.837	955.696	537.273	

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023	
Circulante						
Fornecedores	15	515.718	82.664	148.107	137.823	
Risco sacado	16	15.797	3.712	41.689	50.791	
Empréstimos	17	82.848	45.542	103.170	58.067	
Debêntures	17	214.823	4.325	214.823	4.325	
Passivos de arrendamento	14	17.623	6.155	31.789	28.972	
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	506	
Salários, encargos e obrigações trabalhistas	17	19.879	13.017	31.328	31.729	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	19	369	111	117	
Obrigações tributárias	19	9.022	1.934	20.178	13.530	
Tributos parcelados	20	8.433	2.191	24.133	18.256	
Outros passivos circulantes	5	5.469	2.892	7.882	8.934	
		890.672	162.801	622.109	354.100	
Não Circulante						
Empréstimos	17	-	51.586	-	52.721	
Debêntures	17	-	198.101	-	198.101	
Passivo de arrendamento	14	187.570	19.432	308.977	273.951	
Partes relacionadas	9	7.694	24.097	-	-	
Tributos parcelados	20	14.566	4.954	28.536	24.909	
Provisão para demandas judiciais	22	11.166	9.609	15.053	15.003	
Provisão para perda de investimento	11	152.182	148.659	-	-	
Outros passivos não circulantes	3	3.810	483	4.779	6.244	
		376.988	456.921	357.385	571.435	
Patrimônio líquido negativo						
Capital social	23	143.578	143.578	143.578	143.578	
Reserva de capital	3	3.291	3.291	3.291	3.291	
Prejuízos acumulados	(401.068)	(339.252)	(401.026)	(339.252)	-	
Patrimônio líquido negativo	(254.157)	(192.389)	(254.157)	(192.389)	-	
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		1.013.503	427.338	725.337	733.152	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Plano de opção de ações		Prejuízos acumulados		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	143.578	143.578	3.191	3.191	99	99	(276.911)	(130.043)	-	-
Pagamentos baseados em ações (Nota 31)	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(62.341)	(62.341)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	3.191	3.191	100	100	(339.252)	(192.389)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(61.774)	(61.774)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	3.191	3.191	100	100	(401.026)	(339.252)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Hortus Comércio de Alimentos S.A. e suas controladas ("Companhia", "Hortus" ou "Grupo Marche", em sua primeira loja inaugurada em novembro de 2024 e atual, predominantemente, no segmento de comércio varejista de alimentos, sendo composta por 31 lojas físicas, sob a marca "St. Marche" em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, 2 lojas sob a marca "Empório Santa Maria" além de um Centro de Distribuição na cidade de Jandira - SP. A Hortus é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Magnólia Fund de Investimento em Participações Multiestrata (CNPJ: 26.290.061/0001-24), fundo de investimento em participações gerido pela L. Carterton, empresa de gestão de *private equity* com foco em bens de consumo e serviços diretos ao consumidor. **1.1. Incorporação - Cresco Comércio de Alimentos Ltda.:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 23 de fevereiro de 2024, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação da Cresco Comércio de Alimentos Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil foi emitido em 23 de fevereiro de 2024 por empresa independente apresentando um acervo líquido negativo de R\$ 13.962. A incorporação ocorreu com data base 31 de janeiro de 2024, tendo em vista que a empresa pertence a Hortus, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. **1.2. Estrutura de capital e capital circulante líquido:** Como apresentado nestas demonstrações financeiras, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 61.774 e R\$ 62.341 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, além de ter apresentado prejuízos acumulados de R\$ 401.026 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 339.252 em 31 de dezembro de 2023) e além do patrimônio líquido negativo de R\$ 254.157 na Controladora e no Consolidado (R\$ 192.389 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, o capital circulante líquido consolidado apresentou uma posição negativa de R\$ 452.468 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 158.221 em 31 de dezembro de 2023). Na Controladora, a posição negativa é de R\$ R\$ 799.919 em 31 de dezembro de 2023. As medidas apresentadas na nota 1.3 adiante fazem parte das ações em andamento que contribuíram para a melhoria do quadro atual. **1.3. Reestruturação do endividamento financeiro da Companhia:** Em fevereiro de 2025, a Companhia iniciou entendimentos com seus credores financeiros para estabelecer novos termos e condições para o seu endividamento financeiro com o objetivo de consolidar suas dívidas em uma nova emissão de debênture não conversível. Foram realizadas reuniões com seus credores financeiros com o intuito de obter a adesão destas à proposta de renegociação. A reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia está prevista para ser realizada através de um Plano de Recuperação Extrajudicial ("PRO"), no qual a Companhia precisará obter a adesão de mais de 50% dos credores para sua aprovação, percentual este que vincula todos os credores financeiros abrangidos ao Plano. O plano abrange unicamente os credores financeiros e não envolve seus fornecedores e colaboradores. Nesse sentido, em 16 de abril de 2025, a Companhia e suas controladas e a acionista STM Participações S.A. ("Requerentes") ajustaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial ("Pedido") em 1ª Votação e a homologação e Recuperação Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP sob o nº 1051462-96.2025.8.26.010. O referido pedido foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária no dia 15 de abril de 2025, autorizando a Administração a praticar os atos necessários para seu seguimento. Após a homologação do Plano, as dívidas financeiras das Requerentes seguirão os novos termos e condições acordados e passarão a ser aplicáveis a todos os credores financeiros abrangidos, na forma do Pedido e do Plano. O valor total do endividamento financeiro da Companhia (denominado como "Créditos Abrangidos") será de R\$530.027, sendo composto por: (i) R\$ 195.387 referente às Debêntures; (ii) R\$ 36.719 referente a empréstimos; (iii) R\$ 22.989 referente a operações de risco sacado; e (iv) R\$ 285.433 referente a debêntures emitidas pela acionista STM Participações S.A. De acordo com o Plano nos termos atualmente propostos, a Companhia emitirá novas debêntures com 6 séries distintas que representarão as formas de pagamento a serem escolhidas pelos credores. As condições de cada uma das séries das Debêntures podem ser assim resumidas:

Série	Remuneração	Vencimento	Carência	Pagamento
1ª	CDI + 2,75% a.a.	2032	5 anos de Principal	20% 5º ano / 30% 6º ano / 50% 7º ano
2ª	CDI + 2,75% a.a.	2032	5 anos de Principal	20% 5º ano / 30% 6º ano / 50% 7º ano
3ª	CDI + 2,75% a.a.	2032	5 anos de Principal	20% 5º ano / 30% 6º ano / 50% 7º ano
4ª	CDI + 2,75% a.a.	2032	5 anos de Principal	20% 5º ano / 30% 6º ano / 50% 7º ano
5ª	CDI + 2,75% a.a.	2032	5 anos de Principal	20% 5º ano / 30% 6º ano / 50% 7º ano
6ª	TR até 1ª de a.a. 2055	30 anos	100% 30º ano	

Adicionalmente, o Plano prevê a concessão de bônus de subscrição a credores que participarem da Segunda Série do Financiamento DIP "*debtor in possession*". Esses bônus concederão o direito de subscrever até 65% do capital votante da Hortus, em bases totalmente diluídas. A expectativa é que a homologação do Plano ocorra até o encerramento do 2º semestre de 2025. Com isso, as novas condições pactuadas com os credores financeiros passarão a vigorar, proporcionando maior alinhamento entre os compromissos financeiros da Companhia e sua geração de caixa projetada. A Companhia entende que as novas condições para seu endividamento financeiro são compatíveis com seu atual fluxo de caixa, o que permitirá o foco na retomada de sua atividade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com os manuais internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pela *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em Base ("BS") que é a moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares, exceto quando indicado de outra maneira. As divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em reais. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia rege-se que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a essas julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requirem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia reavisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua em bases anuais. A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utilizou os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade das informações das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) informações provenientes de outras entidades participantes do mercado de varejo alimentar. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades operacionais e gestão dos negócios. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais; e Instrumentos financeiros derivativos em 2023. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 12 de agosto de 2025.

3. Resumo das políticas contábeis materiais: As políticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e nas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **3.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem, além da controladora Hortus Comércio de Alimentos S.A., as demonstrações financeiras das controladas e relacionadas abaixo, cujos exercícios sociais são coincidentes e com práticas contábeis uniformes:

Empresas controladas:	% de participação	Atividade principal	2024		2023	
			2024	2023	2024	2023
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Astrum Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Fides Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Via Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Fortis Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Alimentum ESM Restaurante Ltda.	Direta	Restaurante	100	100	-	-
Virtus Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	100	100	-	-
Cresco Comércio de Alimentos Ltda.	Direta	Comércio varejista	-	100	-	-
OBDS Distribuição de Alimentos Ltda.	Direta	Centro de distribuição	100	100	-	-
Brandão Administração e Licenciamento de Marcas Ltda.	Indireta	Licenciamento de marcas	100	100	-	-

O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detém os direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em suas decisões operacionais e financeiras. Todos os ativos e passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a saldos e transações entre partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São contabilizados neste grupo o saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curtíssimo prazo e líquido imediato, considerados prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando ocorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber são compostas substancialmente por recebíveis de venda de mercadorias. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor das faturas, incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas. As contas a receber são apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. A provisão para perdas de crédito esperada é mensurada por meio da aplicação da abordagem simplificada, com a utilização de dados históricos. Adicionalmente, em determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento. **3.5. Estoques:** São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos necessários para trazer os estoques à sua condição de venda nas lojas, deduzidos das bonificações recebidas de fornecedores. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas de quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à adequação. **3.6. Tributos sobre o lucro: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Os impostos correntes compreendem o imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculadas mensalmente com base no lucro tributável, após aplicação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. IRPJ a essa base uma alíquota de 15% acrescida de um adicional de 10%, para o IRPJ e 9% para a CSLL. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Imposto de renda é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Uma perda para realização des-

ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal executável de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade de tributação. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, são divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras. As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de perdas e são revisadas e aprovadas anualmente pela Administração. **3.7. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos representam a participação societária da Companhia nas controladas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método de equivalência patrimonial. **3.8. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear com base em taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletido, no caso, no padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. O valor presente do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros de seu uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Taxa média de depreciação anual	5 a 10
Infraestruturas e edificações em imóveis de terceiros	5 a 10
Benefícios de longo prazo	1 a 10
Equipamento e móveis	10 a 20

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. **3.9. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é determinado utilizando-se o valor líquido de venda do ativo definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Os passos do teste foram os seguintes: Passo 1 - Comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de vendas, representativo para empresas de varejo. Para as lojas que demonstram um valor contábil superior ao resultado do múltiplo, passa-se a um método mais detalhado, descrito no *Passo 2, Passo 2 -* A Companhia comparou o valor contábil com os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento real de vendas individualizado por loja e taxa de desconto. Como resultado dos passos elencados, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **3.10. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo. Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Taxa média de amortização anual	5 a 10
Software	5 a 10
Licença de uso de software	5 a 10

3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que cria ou resulta em um ativo financeiro ou passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com execução das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o espelheante *tróico*, o Grupo inicialmente mensura os instrumentos financeiros com base no custo de aquisição. Os instrumentos de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, para o qual um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, para o qual um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociação regular) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros designados ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, com exceção de não circulantes, partes relacionadas. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos de derivativos. Um derivativo emitido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do instrumento principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo emitido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alteração de método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os ativos não são valorizados por meio do resultado. Derivativos emitidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis sem assumir significativamente todos os riscos e benefícios do contrato de repasse e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro, que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos em 2023. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao custo amortizado (fornecedores, risco sacado e empréstimos). Este é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concordados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deslize ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e Debêntures concedidos e contratos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou se termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.12. Instrumentos financeiros derivativos:** Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuro, swaps da taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* em 31 de dezembro de 2024. **3.13. Bonificação de fornecedores:** As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos comerciais. Compreendem acordos por volume de compra, logística e negociações pontuais para recuperação de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de bonificações, em contrapartida do resultado do exercício como redutores dos custos das mercadorias vendidas ou de despesas com vendas. **3.14. Arrendamentos: A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo de arrendamento. Os pagamentos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, an-

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A. - CNPJ nº 09.000.4003/0002-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas (Controladora): As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais de compra e venda de mercadorias, reconhecidas no balanço no contas a receber; transações financeiras, reconhecidas no balanço na rubrica de Partes relacionadas e compartilhamento de despesas administrativas, reconhecidas no balanço em outras contas a pagar ou a receber. As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes.

Transações nos balanços patrimoniais: Os saldos a pagar e a receber com partes relacionadas registrados no balanço são os seguintes:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber (Nota 6)	Conta Corrente	Contas a receber (Nota 6)	Conta Corrente
Controladas				
Alimentum ESM Restaurantes Ltda	-	47.184	-	380
Cresco Comércio de Alimentos Ltda	-	-	34.404	168
Virtus Comércio de Alimentos Ltda	-	-	-	12.665
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda	-	5.546	-	4.198
Astrum Comércio de Alimentos Ltda	-	1.219	-	150
Fides Comércio de Alimentos Ltda	-	1.577	-	834
Via Comércio de Alimentos Ltda	-	3.204	-	194
Fortis Comércio de Alimentos Ltda	-	1.651	-	128
Orbis Distribuidora de Alimentos Ltda	-	497	-	1.721
Outras Partes Relacionadas	-	480.875	-	4.327
Pessoas Físicas	1	-	217.927	68.181
	1	-	1	-
	534.059	7.694	458.176	252.331

Transações nas demonstrações dos resultados

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Receita operacional líquida		
Receita bruta de vendas para empresas controladas (a)	3.111	1.874
Despesas administrativas		
Receita de rateio de despesas Administrativas (b)	1.451	894
Alimentum ESM Restaurantes Ltda	3.987	28.909
Cresco Comércio de Alimentos Ltda	24.107	15.904
Sanctus Comércio de Alimentos Ltda	3.829	2.582
Astrum Comércio de Alimentos Ltda	2.984	2.024
Fides Comércio de Alimentos Ltda	5.582	3.644
Via Comércio de Alimentos Ltda	2.963	2.058
Fortis Comércio de Alimentos Ltda	9.337	6.453
Orbis Distribuidora de Alimentos Ltda	25.606	17.737
Outras Partes Relacionadas	79.846	80.205

(a) Refere-se a vendas de mercadorias para empresas do Grupo.
(b) Refere-se a receita da Controladora referente ao rateio das despesas corporativas e das despesas de back-office.

Remuneração dos Administradores: O Grupo considera como "profissionais-chaves da administração", os integrantes da sua Administração, que são estatutários e os membros do conselho

11. Investimentos e provisão para perda com investimentos

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Investimento em Imóveis		
Alimentum	6.688	101.181
Cresco	3.072	1.780
Virtus	1.459	20.041
Sanctus	7.783	10.394
Astrum	56	3.657
Fides	13.961	1.001
Via	-	1.700
Fortis	-	109
Orbis	-	7.220
Outras	-	844
	-	6.080
	-	16.653
	-	29.940
	-	13.961
	-	127.803
	-	148.659
	-	111.824
	-	152.182
	-	127.803

12. Imobilizado: A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Imobilizado		
Imóveis	2.614	1.944
Equipamentos	1.167	741
Depreciação	(250)	(203)
	3.531	1.741
	3.331	2.622
	(4.889)	(1.267)
	78.578	9.476
	80.651	9.950

13. Intangível: A movimentação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Intangível		
Software	12.272	3.322
Projetos	2.720	2.720
Amortização	(2.173)	(524)
	12.819	2.798
	5.301	5.301
	(2.510)	(193)
	6.342	3.429
	15.616	3.230

14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento: A Companhia mantém contratos de arrendamento de lojas e de centro de distribuição. As cláusulas dos contratos mencionados, no que diz respeito a renovação, reajuste e opção de compra, são contratadas conforme práticas de mercado. Direito de uso de ativos: A movimentação dos saldos do direito de uso de ativos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Ativo de aquisição		
Ajusta por remensuração	44.815	46.674
Novos contratos	26.873	11.859
Impairment de direito de uso (a)	(2.578)	(2.578)
Adição por incorporação	187.585	-
	275.709	44.815
Saldo em 31 de dezembro	275.709	44.815
Amortização acumulada		
Saldo em 31 de dezembro	(24.704)	(18.818)
Amortização	(121.065)	(5.686)
Adição por incorporação	(52.596)	(39.047)
	(98.385)	(24.704)
	17.324	20.111
	3.421	8.51
	187.585	11.859

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	25.587	32.335
Ajusta por remensuração/Novos Contratos	46.871	11.859
Juros do exercício	25.837	9.373
Contraprestação paga	(41.184)	(36.622)
Adição por incorporação	148.532	-
	205.193	26.587
	17.623	6.155
	187.570	19.432
	205.193	26.587
	17.623	6.155
	187.570	19.432
	205.193	26.587

15. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Fornecedores de produtos	54.541	14.274
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 9)	458.176	70.978
Acordos comerciais	(6.913)	(4)
Ajuste a valor presente	(86)	(114)
	515.718	82.664

16. Risco sacado: A Companhia promove negociações junto aos fornecedores com o objetivo de alongar seus prazos de pagamento. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira em troca do recebimento antecipado. A instituição financeira, por sua vez, passa a ser credora da operação. O prazo médio de pagamento consolidado das faturas incluídas no risco sacado é de 96 dias em 31 de dezembro de 2024 e 103 dias em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dessas operações era de R\$ 15.797 na controladora e de R\$ 41.689 no consoli-

Exercício de renda e contribuição social a pagar: O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$0 e R\$110 para a controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2023 e R\$369 e R\$1.167.

Composição dos impostos diferidos ativos (passivos)

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Diferenças temporárias	15.093	(410)
Provisão para demandas judiciais	2.260	250
Provisão para perdas de estoque	(722)	75
Ajuste a valor presente	-	(506)
Resultado de operações de derivativos	49.502	8.975
Efeitos líquidos, dos contratos de arrendamento	47	(28)
Perdas esperadas de crédito	31.303	31.303
Impairment de tributos diferidos	11.055	3.623
Outras provisões	(108.538)	(43.282)
(-) Créditos sem expectativa de realização	(108.538)	(43.282)
Prejuízo fiscal e base negativa	108.538	10.367
Base de cálculo	-	(32.915)
Alíquota efetiva	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(11.191)	(11.191)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas, avaliaram a geração de lucros tributáveis futuros para realização de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foi necessário registrar provisão para perda da totalidade do saldo do prejuízo fiscal. Os prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição, permanecendo o crédito fiscal disponível por tempo indeterminado mesmo após o desrescolhimento contábil. O valor não reconhecido é de R\$ 108.538 e R\$ 126.242 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respectivamente. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável futuro, a Companhia poderá registrar esse ativo, nos termos do CPC 32.

22. Provisão para demandas judiciais: A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e manutenção envolvidos e a avaliação dos advogados externos. A movimentação das provisões está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Trabalhista	9.010	2.407
Tributárias	435	-
Cíveis	(2.246)	-
Total	7.199	2.407

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Trabalhista	10.048	7.410
Tributárias	2.713	121
Cíveis	(2.544)	(1.991)
Total	9.867	5.540

Risco possível: A Companhia tem ações de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos como possíveis, para as quais não há provisão para demandas judiciais constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Trabalhista	10.402	11.657
Tributárias	70.985	74.736
Cíveis	65	81
Total	81.452	86.474

Os passivos contingentes de natureza trabalhista consistem, principalmente, em reclamações por diferenças de pagamentos de determinadas verbas trabalhistas. Os passivos contingentes de natureza tributária consistem, principalmente, em temas de tratamento tributário de impostos diretos, bem como constantes de multas e suas atualizações monetárias. Depósitos judiciais: A Companhia possui depósitos realizados para cumprimento de ordens judiciais em determinados processos em andamento no montante de R\$3.747 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.219 em 2023) no consolidado. Em 03 de maio de 2021 foi promulgada a lei 14.148/21 que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PRSE), o qual objetiva criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas do estado de calamidade. Em 30 de agosto de 2023, a Controlada Alimentum, que detém os restaurantes do grupo, impetrou uma ação segurança para esta reconhecido o direito de usufruir do benefício de redução zero das alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL previsto no art. 4º da Lei. Os valores apurados dos referidos tributos estão sendo depositados judicialmente, em 31 de dezembro de 2024 o valor total dos depósitos é de R\$399 (R\$ 859 em 2023).

23. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 143.578 representado por 77.915.670 ações, sendo 30.722.763 ações ordinárias e 47.192.907 ações preferenciais. A estrutura societária da Companhia está apresentada como segue:

	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Quantidade de ações	30.722.763	47.192.907	77.915.670
Participação (%)	39,44%	60,56%	100,00%

24. Resultado por ação: Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A tabela seguinte apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações	(24.358)	(37.416)	(61.774)
Denominador	30.723	47.193	77.916
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	(0.7928)	(0.7928)	(0.7928)
Denominador	30.723	47.193	77.916
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	7.118	7.118	14.236
Efeito de diluição: Pagamento baseado em ações (milhares de ações) - Nota 31	37.841	47.193	85.034
Prejuízo diluído por ação - diluído (R\$)	(0.7928)	(0.7928)	(0.7928)

Resultado líquido atribuível a cada classe de ações Denominador Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) Prejuízo por ação - básico (R\$) Denominador Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) Efeito de diluição: Pagamento baseado em ações (milhares de ações) - Nota 31 Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (em milhares de ações) Prejuízo diluído por ação - diluído (R\$)

25. Receita operacional, líquida: Receita bruta de vendas de mercadorias Receita bruta de prestação de serviços Receita bruta total (-) Impostos sobre vendas

26. Abertura dos custos e despesas por natureza: Custos das mercadorias vendidas: Custos das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques, dos custos de logística e provisões para perdas de estoques. O valor do acordo comercial recebido dos fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por natureza. Os gastos por natureza são demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Custo com estoques	(384.369)	(41.941)
Pessoal	(115.783)	(57.732)
Suprimentos	(30.273)	(5.029)
Depreciação e amortização	(21.085)	(4.269)
Depreciação - Direito de uso	(11.085)	(5.969)
Ratificação de despesas	79.846	80.206
Outras despesas	(8.882)	120
Custo das mercadorias vendidas	(383.672)	(48.624)
Despesas com vendas	(93.464)	(61.848)
Despesas administrativas	(49.226)	(4.324)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Receita bruta de vendas de mercadorias Receita bruta de prestação de serviços Receita bruta total (-) Impostos sobre vendas

28. Resultado financeiro, líquido: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, receitas e despesas de juros, ganhos ou perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo do prazo de instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida e pelo custo do desconto de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

Recalculação Financeiras

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Variação cambial passiva	5.459	6.811
Outras receitas financeiras	3.505	-
	186	155
	9.150	6.966

Resultado financeiro, líquido: Resultado financeiro líquido antes de impostos e instrumentos financeiros: Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e demais contas a receber e operações de longo prazo que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente os mesmos e, portanto, a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas. A Administração operacional não possui nenhum dos riscos resumidos abaixo: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuante deva variar em função de mudanças nos preços de mercado. Os preços de mercado empregam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado e empréstimos a prazo, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetadas para 2025. Os cenários I e II foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 25%, respectivamente, considerando o cenário esperado para a próxima divulgação de taxa de juros do CDI 13,14% a.a. (11,30% em 2023), baseadas em projeções do mercado futuro B3. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se a posição em 31 de dezembro de 2024. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuante deva variar em função de mudanças nos preços de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	2024	2023			
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4)	15.543	29.677			
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	56.404	53.524			
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	103.170	110.788			
Debitantes	211.887	202.426			
Risco sacado (Nota 16)	41.689	50.791			
Em 31 de dezembro de 2024, realizamos testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, apresentados a seguir.					
	I	II	III	IV	V
	50%	25%	-25%	-50%	-
Exposição patrimonial	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Exposição	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Risco	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Provável	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
II	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
III	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
IV	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
V	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170

Ativos financeiros: Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4) Títulos e valores mobiliários (Nota 5) Passivos financeiros: Empréstimos e financiamentos Debitantes Risco sacado (Nota 16) Em 31 de dezembro de 2024, realizamos testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, apresentados a seguir.

	Controladora	Consolidado			
	2024	2023			
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4)	15.543	29.677			
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	56.404	53.524			
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	103.170	110.788			
Debitantes	211.887	202.426			
Risco sacado (Nota 16)	41.689	50.791			
Em 31 de dezembro de 2024, realizamos testes de sensibilidade para cenários adversos dos juros, apresentados a seguir.					
	I	II	III	IV	V
	50%	25%	-25%	-50%	-
Exposição patrimonial	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Exposição	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Risco	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
Provável	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
II	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
III	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
IV	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170
V	103.170	110.788	103.170	110.788	103.170

HORTUS COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A. - CNPJ nº 09.000.433/0002-15

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

...continuação

em 01 de agosto de 2021, bem como pagamento do respectivo prêmio. Adicionalmente, em 6 de agosto de 2021 houve o desdobramento de ações da Companhia na proporção de 01 (uma) ação para 03 (três) ações. Dessa forma, conforme previsto no Plano, automaticamente as opções outorgadas também foram desdobradas. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir: "Time Based Options" (TBO) ou Exercício da Opção com base no Prazo do Vínculo Empregatício (40% do total) - provê o direito do beneficiário de comprar opções a um preço predeterminado com base no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Essas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício. O beneficiário terá direito de exercer as opções, com base em um cronograma de vesting de 20% ao ano, por 5 (cinco) anos, desde que permaneça como empregado, diretor ou prestador de serviços da Companhia durante o referido período. Na ocorrência de um Evento de Liquidez em data anterior ao vencimento do prazo de exercício de 5 (cinco) anos, as opções poderão se tornar exercíveis antecipadamente em data anterior ao aniversário da outorga das opções, mediante autorização do Conselho de Administração. "Performance Based Options" (PBO) ou Exercício da Opção com base no Desempenho da Companhia (60% do total) - provê o direito do beneficiário de comprar ações na ocasião de um Evento de Liquidez (como por exemplo a alienação total ou parcial de participação acionária ou Abertura Qualificada de Capital pela Companhia) condicionado ao cumprimento de determinadas taxas mínimas de retorno sobre o capital investido pelos acionistas controladores. As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Primeiro Plano		
	1º Programa	2º Programa	Total
Data de emissão	15/07/2021	15/07/2021	N/A
	20% a cada aniversário	Evento de liquidez	N/A
Data de Vesting	01/08/2021	01/08/2021	
Data da outorga	01/08/2021	01/08/2021	

Bernardo José de Ouro Preto Santos - Diretor Presidente

...continuação

	Primeiro Plano		
	1º Programa	2º Programa	Total
Preço de exercício (*)	4,80	4,80	N/A
Método de avaliação	Binomial	Binomial	
Strike Price (estimado) (*)	5,83	5,83	N/A
Taxa de juros, isenta de riscos	5,06%	5,06%	N/A
Tempo contratual de exercício do lote	8 anos	Evento de liquidez	N/A
Volatilidade das opções de mercado	35%	35%	N/A
Quantidade de opções vestidas (*)	2.094.966	-	2.094.966
Quantidade de opções exercidas	-	-	-
Quantidade de opções a exercer (*)	2.847.258	4.270.890	7.118.148
Valor justo estimado (R\$/ação) (*)	0,023	-	N/A

(*) Valores consideram o efeito de desdobramento de ações ocorrido em 6 de agosto de 2021. A despeito do exercício findo em 31 de dezembro 2024, considerando as premissas usadas, é de R\$ 1 e foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido).

32. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros do Grupo compreendia:

Descrição	Limite máximo de indenização	
	1º Programa	2º Programa
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, raio, explosão de qualquer natureza e implosão		25.000
Deterioração de mercadorias em ambiente frigorífico		700
Alagamento e/ou inundação		1.000

...continuação

Descrição	Limite máximo de indenização	
	2024	2023
Lucros cessantes		22.500
Quebra de equipamentos		1.000
D&O (Responsabilidade Civil)		30.000
Cyber		10.000

33. Demonstrações dos fluxos de caixa: As movimentações patrimoniais que não afetam os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adições/(cancelamento) Direito de uso de arrendamento	45.887	(1.859)	67.185	33.292
Fornecedores Risco Sacado (a)	90.157	73.099	184.220	177.856
Adições Direito de uso de arrendamento	(2.578)	-	(2.578)	-
	133.466	71.240	248.827	211.148

(a) Conforme descrito na Nota Explicativa 3.29 com a adoção ao item 44H - c, do CPC 03 (R2), que traz o requisito de se apresentar na demonstração do fluxo de caixa, o tipo e efeito das alterações não caíam dos passivos financeiros divulgados como fornecedores risco sacado, a Companhia está apresentando a variação do passivo operacional de fornecedores, líquidos do efeito não caíam de contratações de operações "confirming".

34. Eventos subsequentes: a) Ingresso em Recuperação Extrajudicial e Emissão de Bônus de Subscrição: Conforme descrito na Nota Explicativa 1.3, em 16 de abril de 2025, a Companhia, suas controladas e a acionista STM Participações S.A. protocolaram pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1051462-96.2025.8.26.0100. O Plano, aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de

abril de 2025, tem por objetivo a reestruturação do endividamento financeiro da Companhia, por meio da consolidação de dívidas existentes em uma nova emissão de debêntures não conversíveis, com diferentes séries e prazos de vencimento. O Plano contempla exclusivamente os credores financeiros, não abrangendo fornecedores nem colaboradores. O valor total dos créditos abrangidos pelo Plano na data-base é de R\$ 531,8 milhões, incluindo debêntures, empréstimos bancários, operações de risco sacado e instrumentos emitidos pela acionista controladora. Ainda como parte do Plano, está prevista a emissão de bônus de subscrição vinculados à Segunda Série do Financiamento DIP. Os credores que aderirem ao referido financiamento terão direito de subscrever ações representativas de até 65% do capital social votante da Hortus Comércio de Alimentos S.A., a ser calculado em base totalmente diluída. A emissão dos bônus de subscrição foi estruturada como instrumento adicional de incentivo à adesão ao Plano e está condicionada ao efetivo desembolso dos recursos previstos. **b) Reorganização societária Loja Santa Maria Empório - Cidade Jardim:** Em 30 de junho de 2025, a Companhia concluiu a operação societária de drop-down, através da qual transferiu a loja do Santa Maria Empório, situada na Av. Cidade Jardim na cidade de São Paulo - SP para a sociedade controlada Santa Maria Empório Ltda., a qual a Companhia detém 100% de participação. A operação foi realizada mediante a integralização de capital dos estoques e imobilizado da loja na Santa Maria Empório Ltda., e todas as condições legais e societárias foram devidamente cumpridas, incluindo a aprovação pelos órgãos competentes da Companhia. Essa operação teve como objetivo a segregação das operações e das Marcas St Marche e Santa Maria, sem impacto nas atividades do Grupo. **c) Cessão de contrato de arrendamento do imóvel - Vila Mariana/SP:** Em 01 de agosto de 2025, a Companhia firmou instrumento particular de cessão de gratuita do contrato de arrendamento do imóvel situado no bairro da Vila Mariana na Cidade de São Paulo. Através desse instrumento a Companhia transferiu todos seus direitos e deveres decorrentes do Contrato de arrendamento.

João Carlos Mendes - Contador - CRC- 1SP269314/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Hortus Comércio de Alimentos S.A. - em recuperação extrajudicial** - São Paulo - SP **Abstenção de opinião:** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hortus Comércio de Alimentos S.A. - em recuperação extrajudicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião: Conforme divulgado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$61.774 mil e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$254.157 mil e, conforme o balanço patrimonial findo nessa data, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$799.919 mil na controladora, e em R\$452.468 mil no consolidado. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 1.3, em 16 de abril de 2025, a Companhia, em conjun-

to com a acionista STM Participações S.A., ajuizaram pedido de recuperação extrajudicial junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual não foi homologado até a data do presente relatório. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram plano de recuperação extrajudicial junto aos seus credores financeiros, incluindo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados e demonstrando sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. Considerando a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e o fato de que não houve aprovação do plano de recuperação extrajudicial pelos credores financeiros, sendo possível que os termos e condições atualmente apresentados sejam revistos até sua aprovação definitiva, não nos foi possível determinar, com base no estágio atual, qual será o desfecho deste assunto e, consequentemente, os seus impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se essas demonstrações financeiras deveriam ser preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional ou outra base.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa 3.29, devido à eliminação das transações que não envolveram caixa na movimentação relacionada à rubrica "Fornecedores - Risco sacado" na atividade de financiamento, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC-PR-057007/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>